

Diário do Legislativo de 23/05/2009

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho – PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana – DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique – PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado – PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro – PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio – PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues – PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 40ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - 28ª Reunião Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.3 - 50ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia Legislativa

1.4 - 51ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia Legislativa

1.5 - 52ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia Legislativa

1.6 - 53ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia Legislativa

1.7 - Reunião de Comissões

2 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Plenário

3 - COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

4 - MANIFESTAÇÕES

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATAS

ATAS

ATA DA 40ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 21/5/2009

Presidência dos Deputados José Henrique, Weliton Prado e Getúlio Neiva

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Ofício nº 28/2009 (informando ausência do País do Vice-Governador), do Governador do Estado - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 3.364 a 3.366/2009 - Requerimentos nºs 3.874 a 3.886/2009 - Comunicações: Comunicações das Comissões de Transporte, de Educação, de Política Agropecuária, de Cultura, de Assuntos Municipais, de Fiscalização Financeira, do Trabalho e de Segurança Pública e do Deputado Elmiro Nascimento (2) - Registro de presença - Oradores Insritos: Discursos dos Deputados Padre João, Carlin Moura, Paulo Guedes, Getúlio Neiva e Doutor Rinaldo - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Comunicação da Presidência - Leitura de Comunicações - Requerimento do Deputado Almir Paraca; deferimento; discurso do Deputado Weliton Prado - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Sargento Rodrigues - Ademir Lucas - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Carlin Moura - Carlos Gomes - Célio Moreira - Chico Uejo - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Eros Biondini - Fábio Avelar - Getúlio Neiva - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Leite - Juarez Távora - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Maria Lúcia Mendonça - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Ronaldo Magalhães - Ruy Muniz - Sebastião Helvécio - Tenente Lúcio - Tiago

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado Sargento Rodrigues, 3º-Secretário, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O Deputado João Leite, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

OFÍCIO

Nº 28/2009, do Sr. Aécio Neves, Governador do Estado, informando que o Sr. Antonio Augusto Junho Anastasia, Vice-Governador do Estado, se ausentará do País no período de 25 a 27/5/2009, em missão oficial, para participar de reuniões técnicas junto ao Banco Mundial e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, nos Estados Unidos da América.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 3.364/2009

Altera a redação do parágrafo único do art. 1º e do art. 2º da Lei nº 14.065, de 22 de novembro de 2001, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Santo Antônio do Monte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O parágrafo único do art. 1º e o art. 2º da Lei nº 14.065, de 22 de novembro de 2001, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - (...)

Parágrafo único - O imóvel a que se refere o "caput" deste artigo destina-se à construção de quadras esportivas, creches, salão comunitário e área de lazer para a comunidade, bem como à edificação, no prazo de três anos, de prédio a ser doado ao Estado, destinado à instalação de unidade da Secretaria de Estado de Fazenda, e à doação de uma área de 1.000,00m² ao INSS para construção de agência da Previdência Social.

Art. 2º - O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, no prazo de três anos contados da data de sua publicação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no parágrafo único do art. 1º."

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 21 de maio de 2009.

Tiago Ulisses.

Justificação: O Município de Santo Antônio do Monte doou ao Estado, em 1979, imóvel destinado à construção de um centro social urbano, a qual não se concretizou. Postulou, então, ao Município que lhe fosse doado o imóvel. Apresentado projeto com esse fim, foi consultada a Secretaria do Trabalho, da Assistência Social, da Criança e do Adolescente, que informou não possuir recursos próprios para dar curso ao empreendimento previsto e não se opôs à doação pretendida pelo Município. Em 19/11/2007, foi lavrada a escritura transferindo a este o domínio do imóvel.

Em 11/5/2009, o Prefeito Municipal informou que o governo federal está expandindo o atendimento da Previdência Social através da instalação de novas agências. Assim, o Município de Santo Antônio do Monte foi beneficiado com a instalação de uma agência, e a parceria se dará com a doação de terreno com esse fim. Após análise, decidiu-se instalá-la em parte do imóvel objeto deste projeto de lei, por tratar-se de área central e de fácil acesso à população.

Na lei que autorizou a transferência do imóvel para o Município, constam condições, algumas já cumpridas, restando apenas a construção de edificação a ser doada ao Estado, para instalação de unidade da Secretaria de Fazenda, e de salão comunitário. Considerando-se que ainda restará uma área de 1.000,00m², o Município pretende destiná-la à construção da referida agência. Para tanto, esperamos contar com o apoio

dos parlamentares desta Casa à aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI nº 3.365/2009

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Campestre o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Campestre o imóvel com área de 390m² (trezentos e noventa metros quadrados) e faixa de terreno de 23,50m² (vinte e três metros e cinquenta centímetros quadrados), confrontando pela frente com a Rua Coronel José Custódio, pelos lados com as Ruas Cesarino Firmo e Antônio de Paula Souza e pelos fundos com sucessores de José Salustiano de Oliola, registrado sob o nº 13.723, Livro 3N, fls. 196, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Campestre.

Parágrafo único – O imóvel de que trata este artigo destina-se à instalação da sede administrativa do Município de Campestre.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 21 de maio de 2009.

Rômulo Veneroso

Justificação: O projeto ora apresentado visa atender antigo anseio da comunidade de Campestre, que deseja promover a regularização da situação locacional da sede administrativa do Município, que se encontra em pleno e regular funcionamento, sendo pertencente ao Estado. Com a aprovação deste projeto de lei pelos nobres pares, estaremos atendendo uma justa reivindicação da comunidade do Município de Campestre.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 3.366/2009

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária de Radiodifusão para o Desenvolvimento Artístico, Educacional e Cultural da Cidade de Resende Costa, com sede no Município de Resende Costa.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária de Radiodifusão para o Desenvolvimento Artístico, Educacional e Cultural da Cidade de Resende Costa, com sede no Município de Resende Costa.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Reuniões, 21 de maio de 2009.

Alencar da Silveira Jr.

Justificação: A Associação Comunitária de Radiodifusão para o Desenvolvimento Artístico, Educacional e Cultural da Cidade de Resende Costa é instituição de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que desenvolve importante trabalho de fins sociais nas áreas artísticas, educacionais, culturais, da saúde e atividades esportivas.

A referida entidade está em funcionamento há mais de 5 anos e sua Diretoria é constituída por pessoas de reconhecida idoneidade, que desenvolvem atividades voluntárias.

Por sua importância, contamos com o apoio de nossos pares à aprovação deste projeto.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Transporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 3.874/2009, do Deputado Doutor Viana, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso à Cooperativa Dedo de Gente pelo recebimento do Prêmio Sebrae Top 100 de Artesanato. (- À Comissão de Turismo.)

Nº 3.875/2009, do Deputado Célio Moreira, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso ao Colégio Santa Rita pela comemoração dos 50 anos de sua fundação.

Nº 3.876/2009, da Deputada Gláucia Brandão, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Cid Veloso pelo recebimento do título de Professor Emérito da Universidade Federal de Minas Gerais. (- Distribuídos à Comissão de Educação.)

Nº 3.877/2009, do Deputado Rômulo Veneroso, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - Fiemg - pela passagem do Dia da Indústria. (- À Comissão de Turismo.)

Nº 3.878/2009, da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Fazenda pedido de informações sobre notas fiscais de fornecimento de gás liquefeito de petróleo de Minas Gerais envolvendo a comercialização do produto entre as distribuidoras e revendas. (- À Mesa da Assembleia.)

Nº 3.879/2009, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao Prefeito Municipal de Contagem e ao Presidente da Autarquia Municipal de Trânsito e Transportes de Contagem - Transcon - pedido de providências para que se realize licitação para o transporte alternativo. (- À Comissão de Transporte.)

Nº 3.880/2009, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado manifesto de repúdio pela tramitação do Projeto de Lei Federal nº 4.228/2008 ao Sr. Robson Gomes, Vereador à Câmara Municipal de Ipatinga e Prefeito interino desse Município.

Nº 3.881/2009, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado manifesto de repúdio pela tramitação do Projeto de Lei Federal nº 4.228/2008 ao Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Michel Temer, e ao Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias dessa Casa, Deputado Federal Luiz Couto.

Nº 3.882/2009, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao Juiz Titular do Tribunal do Júri da Comarca de Montes Claros pedido de providências para marcação de data do julgamento do Processo nº 043302044748-1, tão logo os recursos sejam decididos e os autos retornem à referida Comarca.

Nº 3.883/2009, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao Congresso Nacional pedido de providências para que seja apreciado o Projeto de Lei Federal nº 122/2006.

Nº 3.884/2009, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhadas às Corregedorias do Ministério Público e do Tribunal de Justiça, ao Juiz de Direito e ao Promotor de Justiça da Comarca de Betim, ao Conselho Tutelar da área da 2ª Delegacia de Polícia, ao Conselho de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, à Secretaria de Estado de Defesa Social, à Chefia da Polícia Civil e à Prefeitura Municipal de Betim cópias do relatório da visita dessa Comissão à 2ª Delegacia de Polícia de Betim realizada em 27/4/2009.

Nº 3.885/2009, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior pedido de providências para, em conjunto com outros órgãos estaduais e federais atinentes ao assunto, sejam realizados investimentos necessários ao desenvolvimento de tecnologias que possibilitem a utilização de fontes alternativas para a produção de fertilizantes agrícolas, a exemplo da rocha potássica conhecida como "verdete".

Nº 3.886/2009, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado à Secretário de Saúde pedido de providências para que sejam enviados ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais, ao Ministério Público Estadual e à Defensoria Pública de Minas Gerais os protocolos de tratamento das doenças para as quais há maior número de demandas judiciais por tratamento, informando as opções terapêuticas fornecidas pelo SUS.

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Transporte, de Educação, de Política Agropecuária, de Cultura, de Assuntos Municipais, de Fiscalização Financeira, do Trabalho e de Segurança Pública e do Deputado Elmiro Nascimento (2).

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra, com muita honra, a presença, em Plenário, dos Deputados Dary Pagung e Paulo Roberto e da Deputada Luzia Toledo, da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, bem como da Sra. Maria da Glória Brito Abaurre, Secretária de Meio Ambiente desse Estado. Agradecemos sua presença. Eles estão participando do encontro da Cipe Rio Doce.

Oradores Inscritos

- O Deputado Padre João profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente (Deputado Weliton Prado) - Com a palavra, o Deputado Carlin Moura.

- Os Deputados Carlin Moura, Paulo Guedes, Getúlio Neiva e Doutor Rinaldo proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Esgotada a hora destinada a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Comunicação da Presidência

A Presidência informa ao Plenário que foram recebidos e aprovados, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 9, os Requerimentos nºs 3.880 a 3.884/2009, da Comissão de Direitos Humanos, 3.885/2009, da Comissão de Política Agropecuária, e 3.886/2009, da Comissão de Saúde. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Transporte - aprovação, na 9ª Reunião Ordinária, em 19/5/2009, dos Projetos de Lei nºs 3.172/2009, do Deputado Elmiro Nascimento, e 3.190/2009, do Deputado

Domingos Sávio, e dos Requerimentos nºs 3.700/2009, do Deputado Rômulo Veneroso, 3.704/2009, do Deputado Dinis Pinheiro, 3.708/2009, do Deputado Braulio Braz, 3.717 e 3.718/2009, da Comissão de Direitos Humanos, e 3.755/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; de Educação - aprovação, na 10ª Reunião Ordinária, em 20/5/2009, dos Projetos de Lei nºs 3.088/2009, do Deputado Gustavo Valadares, 3.137/2009, do Deputado Durval Ângelo, com a Emenda nº 1, 3.152 e 3.153/2009, do Governador do Estado, 3.205/2009, do Deputado Wander Borges, e 3.212/2009, da Deputada Gláucia Brandão, e dos Requerimentos nºs 3.702/2009, da Deputada Gláucia Brandão, 3.716/2009, da Comissão de Direitos Humanos, 3.721 a 3.739/2009, da Comissão de Participação Popular, 3.741/2009, do Deputado Carlin Moura, 3.744/2009, do Deputado Doutor Viana, e 3.748/2009, do Deputado Fahim Sawan; de Política Agropecuária - aprovação, na 10ª Reunião Ordinária, em 19/5/2009, dos Projetos de Lei nºs 3.127/2009, do Deputado Sebastião Helvécio, 3.166/2009, do Deputado Paulo Guedes, 3.174/2009, do Deputado Fábio Avelar, 3.185/2009, da Deputada Ana Maria Resende, e 3.225/2009, do Deputado Antônio Júlio, e do Requerimento nº 3.742/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; de Cultura - aprovação, na 9ª Reunião Ordinária, em 20/5/2009, do Projeto de Lei nº 2.310/2008, da Deputada Cecília Ferramenta, e do Requerimento nº 3.791/2009, da Deputada Gláucia Brandão; de Assuntos Municipais - aprovação, na 11ª Reunião Ordinária, em 20/5/2009, dos Requerimentos nºs 3.768 e 3.769/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; de Fiscalização Financeira - rejeição, na 10ª Reunião Ordinária, em 20/5/2009, dos Requerimentos nºs 3.580 e 3.581/2009, da Comissão de Direitos Humanos; do Trabalho - aprovação, na 9ª Reunião Ordinária, em 20/5/2009, dos Projetos de Lei nºs 2.973/2009, do Deputado Lafayette de Andrada, 3.027/2009, do Deputado Getúlio Neiva, 3.139/2009, do Deputado Antônio Carlos Arantes, 3.143/2009, do Deputado Célio Moreira, 3.144 e 3.146/2009, do Deputado João Leite, 3.155/2009, do Deputado Alberto Pinto Coelho, 3.159/2009, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, 3.164/2009, do Deputado Antônio Júlio, 3.165/2009, do Deputado Padre João, 3.171/2009, do Deputado Antônio Júlio, 3.184/2009, da Deputada Rosângela Reis, 3.189/2009, do Deputado Domingos Sávio, 3.214 e 3.219/2009, do Deputado Luiz Humberto Carneiro, e 3.224/2009, do Deputado Weliton Prado, e dos Requerimentos nºs 3.749/2009, da Comissão de Participação Popular, e 3.772, 3.773, 3.782, 3.783 e 3.785/2009, da Comissão de Direitos Humanos; e de Segurança Pública - aprovação, na 7ª Reunião Extraordinária, em 20/5/2009, dos Requerimentos nºs 3.758/2009, do Deputado Weliton Prado, 3.766/2009, do Deputado Célio Moreira, e 3.760, 3.774, 3.775 e 3.784/2009, da Comissão de Direitos Humanos (Ciente. Publique-se.).

O Sr. Presidente (Deputado Getúlio Neiva) - Vem à Mesa requerimento do Deputado Almir Paraca, solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno para, nos termos do seu § 1º, transferi-la ao Deputado Weliton Prado. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 15 minutos. Com a palavra, o Deputado Weliton Prado.

- O Deputado Weliton Prado profere discurso, que será publicado em outra edição.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de segunda-feira, dia 25, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 19/5/2009

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Questões de ordem; discurso do Deputado Lafayette de Andrada; questões de ordem - Discussão e Votação de Proposições: Prosseguimento da votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.324/2008; renovação da votação do projeto; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Sargento Rodrigues - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo - Durval Ângelo - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Irani Barbosa - Jayro Lessa - João Leite - Juarez Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Maria Lúcia Mendonça - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rômulo Veneroso - Ronaldo Magalhães - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Jangrossi - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Às 20h3min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, a Sra. 2ª-Secretária, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- A Deputada Cecília Ferramenta, 2ª-Secretária "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Questões de Ordem

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Sr. Presidente, informo a esta Casa que a Unale organizou em Brasília, na manhã de ontem, na Câmara Distrital, o Encontro da Juventude para discutir os projetos do governo federal relacionados com a juventude. Ontem, no encerramento,

manifestei meu pensamento sobre a coincidência de mandatos. Não poderia deixar de falar nesta Casa, o que foi constatado pela juventude e, na Unale, presidida pelo Deputado Rodrigo, do Estado do Paraná. Explanamos que não podemos ter mais eleições de dois em dois anos, pois o custo é alto. Com a coincidência das eleições pode haver, sem dúvida nenhuma, o fortalecimento dos partidos políticos. Apresento outro dado do último levantamento: dos 853 Municípios mineiros, Sr. Presidente, em 120 Municípios existia a coligação Prefeito e Vice-Prefeito, na eleição municipal, do PT com o PSDB. Com a coincidência de mandatos, Sr. Presidente, votando-se de Presidente da República a Vereador, com certeza, haverá fidelidade partidária. Ontem, Sr. Presidente, nesse movimento, tivemos o apoio de boa parte dos jovens, que se preocupam com o futuro do nosso Brasil. Segundo o coordenador, Beto Cury, o ProJovem, do governo Lula, não pôde ser aplicado no ano passado única e exclusivamente por causa das eleições municipais. De acordo com esse dado que colhemos ontem, em Brasília, na Câmara Distrital, não podemos mais ter eleições de dois em dois anos. Do dia 26 do mês passado até hoje, conseguimos mais de 40 mil assinaturas. Depois das declarações favoráveis do Presidente da OAB, de jornalistas como o companheiro Márcio Doti, da Rádio Itatiaia, do ex-Presidente do Sindicato dos Jornalistas, o Peninha, esse movimento foi incorporado por toda a imprensa. O Brasil tem de ser levado a sério, Sr. Presidente. Quando entregarmos essas assinaturas ao Corregedor-Geral, ao Ouvidor da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Mário Heringer, tenho certeza absoluta de que os 38 projetos em tramitação naquela Casa atenderão ao anseio popular, para que possamos fazer a unificação dessas eleições. Não podemos aceitar eleições de dois em dois anos, como constatamos ontem, nesse evento promovido pela Unale na Câmara Distrital. Conto com o apoio de todos os Deputados desta Casa e da população mineira. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, agora, às 20h40min, haverá uma reunião da Comissão de Fiscalização Financeira que não está marcada no painel. Ela não foi publicada em lugar nenhum. É uma forma de passar goela abaixo da Comissão e dos parlamentares o interesse do governo de criar uma agência reguladora do sistema de água e esgoto de Minas Gerais. Para que essa correria? Sr. Presidente, o nosso Regimento tem de ser pelo menos levado a sério. Quero dizer ao Líder da Maioria, Deputado Mauri Torres, que nenhum projeto que tramita da forma como estão querendo fazer essa agência consegue prosperar. Temos de discutir esse projeto, porque ele muda todo o sistema de regulação do serviço público de água e esgoto em Minas Gerais, e estão querendo fazê-lo de qualquer forma. Isso está cheirando a algum equívoco, algum interesse espúrio do governo. Por que não querem discuti-lo? Porque colocaram lá, Sr. Presidente, que as empresas terão de ter uma remuneração mínima de 12%. Esse governo é muito bom! O Governador Aécio Neves é fantástico, vai dar 12% de remuneração mínima para as empresas de concessão de água. Por isso marcam uma reunião para as 20h40min. Acho que ela deveria ser às 2h40min da madrugada. Assim cumpriríamos o Regimento, que é de 6 horas. Para que o governo está fazendo esse atropelo na Assembleia Legislativa? Porque há alguns interesses. Para que fazer reunião às 20h40min se a Assembleia não está se reunindo dia nenhum, a não ser em algumas comissões especiais? Gostaria que o povo de Minas Gerais, de Belo Horizonte, entrasse na internet e tentasse entender o Projeto de Lei nº 3.186, que já passou pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Administração Pública de qualquer maneira, e agora vai para a Comissão de Fiscalização Financeira. Por que não vai para a Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte? O consumidor e o contribuinte serão os mais atingidos. Vamos ver, Sr. Presidente, mais uma vez o povo ser sacrificado. Esse projeto do governo vai elevar as taxas de água cobradas pela Copasa em, no mínimo - podem registrar nos anais da Casa - 30%, porque as remunerações previstas pela agência reguladora são altamente benéficas, principalmente para quem comprou as ações da Copasa. A Copasa não pode ser vendida porque precisa de um referendo popular, mas já foi. O governo ajustou um mecanismo, fez uma captação no mercado financeiro, colocou as ações da Copasa como garantia e vendeu praticamente todo o espólio da Copasa. Foi o que fizeram com a Cemig. O projeto neoliberal do PSDB vendeu a Cemig, deu a Cemig de graça. Qualquer parlamentar, da forma como foi feita a transação, poderia ter comprado os 33% da Cemig. Além de não colocar recurso algum, nenhum tostão, o BNDES subsidiou o juro financeiro, e a empresa tinha 6% de garantia sobre o investimento. Vejam que negócio fantástico. Sr. Presidente, gostaria que V. Exa. nos desse uma explicação: por que essa reunião às 8h40min hoje? Onde foi convocada, de que forma foi convocada e por que foi convocada? Vão dizer para V. Exa. que estão em regime de urgência. Mas não houve convocação. Isso é um atropelo que não podemos aceitar.

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao nobre colega Antônio Júlio que não houve tempo de a convocação ser publicada, mas que ela atende ao disposto nos §§ 1º e 2º do art. 124 do Regimento Interno, tendo sido disponibilizada na internet após a convocação das 14 horas. Passo esta informação para seu conhecimento.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, isso mostra o atropelo. Para eu ter acesso ao substitutivo apresentado, tive que correr atrás dele a tarde inteira. Para que essa correria? O Deputado Lafayette de Andrada pode nos explicar o porquê dessa correria.

O Deputado Lafayette de Andrada - Sr. Presidente, quero dar três explicações importantes para esclarecer ao Deputado Antônio Júlio. Este projeto está na Casa há mais de 45 dias, não chegou de atropelo. Ele vem sendo reivindicado pela Oposição há um ano e meio. Há um ano que a Oposição, na pessoa do Deputado Weliton Prado, vem dizendo que o Estado precisa criar uma agência reguladora das águas: este governo não manda o projeto, este governo é incompetente, este governo não atende ao que a legislação federal obriga. Mas, quando o governo manda, dizem que é atropelo. Vejam que incoerência. Segundo, o projeto está aqui há mais de 45 dias. A reunião de hoje à noite não é atropelo. Houve hoje uma reunião conjunta, às 14 horas - na qual o senhor deveria estar presente, mas não estava...

O Deputado Antônio Júlio - Não estava porque não sabia.

O Deputado Lafayette de Andrada - Reunião conjunta convocada e divulgada.

O Deputado Antônio Júlio - Quero saber o motivo.

O Deputado Lafayette de Andrada - Reunião conjunta da qual o senhor estava ausente. O relator distribuiu avulso, que será agora lido e recebido pela Comissão de Fiscalização Financeira às 20h40min. Não tem atropelo algum.

O Deputado Antônio Júlio - Ele não está falando a verdade. Então por que foi conjunta?

O Deputado Lafayette de Andrada - Reunião conjunta da Comissão de Administração Pública com a Comissão de Fiscalização Financeira. Nesse momento, seria lido o parecer da Comissão de Fiscalização Financeira, seria votado, discutido. O relator da Comissão de Administração Pública entendeu por distribuir o avulso. Agora, o avulso vai ser recebido pela Comissão de Fiscalização Financeira, às 20 horas, seis horas após, rigorosamente como determina o Regimento.

O Deputado Antônio Júlio - Sabe por quê? Para evitar discussão na Comissão. Para, depois, chegar ao Plenário e todos discutirem.

O Deputado Lafayette de Andrada - O problema é que, quando manda o projeto para cá, não pode; quando não manda, o governo está faltando.

O Deputado Weliton Prado - Primeiramente, gostaria de dizer que concordo em gênero, número e grau com o Deputado Antônio Júlio. Ele está coberto de razão. Vamos deixar as coisas bem claras. Vimos, há muito tempo, denunciando as altas tarifas praticadas pela Copasa em Minas Gerais. Minas não cumpre a Lei Federal nº 11.445, não existe uma agência para regular o setor. Nós cobramos, até apresentamos um projeto que cria a agência reguladora, que foi anexado ao do Governador. O nosso projeto é coerente. Discordamos totalmente do projeto na forma como o Governador o enviou para esta Casa e da maneira como quer aprová-lo goela abaixo, no afogadilho. Primeiramente, é inconstitucional, é ilegal, porque não obedece aos critérios da Lei Federal nº 11.445, que dá autonomia e independência para os 611 Municípios por cujos serviços de água e de esgoto a Copasa é responsável. Mas está aqui. O Município pode criar uma entidade que regule e fiscalize em âmbito

municipal? Pode. Está previsto na Lei Federal nº 11.445. Pode criar. O Município pode delegar essa tarefa para outra entidade, podendo inclusive ser a estadual? Pode. Pode fazer isso. O Município pode criar um consórcio regional? Pode criar um consórcio regional. Pode ainda estabelecer convênio e colaboração com o Estado? Pode. Pode, sim. Agora, o que não pode é o que o governo quer: praticamente descumprir todos os pontos de vista legais e garantir que haja uma agência só e que todos os Municípios fiquem obrigados a se submeter a essa agência. Isso é totalmente ilegal, inconstitucional, porque os Municípios têm o direito de exercer autonomia e ter independência. Outro ponto de vista com o qual não concordamos é que a agência é de saneamento, não é só uma agência de água e de esgoto. O que é saneamento? A água, o esgoto, o serviço de limpeza urbana, o lixo, os resíduos sólidos, a drenagem, o manejo das águas pluviais e urbanas. Por quê? Se for do jeito que o governo quer, o que vai acontecer? Os Municípios terão um prejuízo muito grande. Terão uma despesa enorme, porque terão de criar uma agência específica para cuidar do lixo, dos resíduos sólidos, da drenagem e das águas pluviais, porque isso tudo é saneamento. Então a agência não é só de água e de esgoto, é uma agência de saneamento, o que está previsto na Lei Federal nº 11.445. Se o governo impuser o projeto como está impondo, goela abaixo, entraremos na Justiça, porque isso não é permitido. Essa decisão é do Bloco do PT e do PCdoB, e tenho a certeza de que tem o apoio do PMDB e dos outros Partidos desta Casa. É muito importante alertar o conjunto dos Deputados sobre a seriedade do que estamos votando. Isso aqui é muito sério. Tem a ver com toda a regulação dos serviços de saneamento no nosso Estado, então temos de ter muita responsabilidade, temos de analisar muito bem o projeto, que tem de ser aprovado para adequar-se à legislação, mas o projeto que o Governador enviou, da maneira que está, não obedece aos princípios básicos da legislação. Pode haver ações na Justiça, pois é totalmente ilegal, irregular. Várias modificações têm de ser feitas. Todo ano, a população e os Municípios têm de ter garantia de acesso à planilha em audiência pública, para discutir e analisar, da mesma maneira que foi feito em relação à Cemig: para que faça revisão tarifária de cinco em cinco anos, tem de haver participação popular. Isso nos leva a crer que o único motivo de a Copasa querer a agência da maneira como está no projeto é aumentar o valor da conta de água em Minas Gerais. Prova disso é a matéria publicada no jornal "O Tempo", em que o próprio Presidente da Copasa admite que quer aprovar o projeto no primeiro semestre para aumentar o valor da conta de água no segundo semestre. É muita maldade, é muita ganância. A Copasa tem auferido lucros milionários nos últimos anos. Um aumento foi divulgado pelos jornais recentemente. Nos últimos tempos, aumentou 52%. Ainda quer mais aumento? É uma das tarifas mais caras do Brasil. Cobra pelo tratamento de esgoto e não presta o serviço; joga o esgoto nos rios, nos lagos, poluindo a água potável, deixando-a imprópria para o consumo. A questão é muito séria. Entramos com enxurradas de ações na Justiça. A mobilização tem de continuar. Os Prefeitos têm de pressionar. Os Vereadores, independentemente do Partido, têm de pressionar. Por isso, mais uma vez, gostaria de dizer que é muito importante a consciência e a reflexão de cada Deputado. Se aprovarmos a agência do jeito que está, não estaremos cumprindo a Lei Federal nº 11.445, de 2007.

O Deputado Gilberto Abramo - Sr. Presidente, eu estava ouvindo o Deputado Lafayette de Andrada, que afirmou que esse projeto está nesta Casa há 45 dias. Na verdade, há 45 dias está a mensagem do Governador, que foi lida em Plenário. Esse projeto, na verdade, começou a tramitar na semana passada, quando o relator, na CCJ, deu o seu parecer. Foi, então, que tomamos ciência do projeto. Na verdade, ele está aqui há uma semana, praticamente, e não há 45 dias. Segundo ponto: não é que somos contra a criação da agência, mas existem questões aqui que precisam ser mais bem debatidas. Esse é o nosso posicionamento. Em uma semana, não houve tempo suficiente para debatê-lo. Se não me falha a memória, no parecer de hoje houve nova alteração. Não tivemos tempo de reunir a assessoria e discutir as mudanças. Terceiro ponto: o maior questionamento diz respeito aos 12% de lucro aos acionistas. De uma forma ou de outra, a agência terá de ter esse lucro de 12%, que, querendo ou não, será repassado ao consumidor. Essa é a nossa indagação. Pergunto ao Deputado Lafayette de Andrada se ele é um dos acionistas.

O Deputado Carlin Moura - Sr. Presidente, concordo com a preocupação do Deputado Antônio Júlio. Nós, da Bancada do PT-PCdoB, queremos chamar ao bom senso o governo do Estado em relação à tramitação desse projeto da agência reguladora. Entendemos que a CCJ dar hoje seu parecer e imediatamente a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária querer já fazer essa discussão para aprovar o projeto em regime de urgência traz um grave prejuízo, especialmente, Sr. Presidente, para os Municípios. Como esta Assembleia Legislativa discutirá uma agência reguladora, um assunto que diz respeito muito particularmente aos Municípios de Minas Gerais, aos 666 Municípios que já têm convênios com a Copasa, sem ouvi-los? Acreditamos que a melhor forma de esse projeto tramitar não é por meio do regime de urgência, pois se trata de uma matéria complexa, com alto questionamento jurídico até mesmo do ponto de vista dos entes federados. Além disso, há uma grande indagação em relação à competência dessa agência. Queremos, sim, criar uma agência reguladora, mas discutindo com as Prefeitas e os Prefeitos, discutindo não somente a água e o esgoto, mas também o saneamento no seu conceito como um todo, que não passa simplesmente por água e esgoto. Então, Sr. Presidente, queremos fazer um apelo ao governo para que tenha bom senso. Neste momento, o ideal é que seja retirado o pedido de urgência. Achemos fundamental fazer aqui, na Casa, audiências públicas, convidando as Prefeitas e os Prefeitos, pois queremos ouvi-los. Queremos também ouvir a opinião de especialistas sobre a matéria. Se aprovarmos uma agência reguladora no afogadilho, não resolveremos o problema de Minas Gerais. Podemos até resolver, como bem disse o Deputado Weliton Prado, o problema do Presidente da Copasa, que estampou em todos os jornais de Minas Gerais hoje algumas afirmações. Palavras do Presidente Márcio Nunes: "Acredito que, até o fim deste semestre, a agência será criada e poderemos praticar o reajuste já no início do segundo semestre". Está se referindo ao reajuste da conta de água do consumidor de Minas Gerais. Tentaram implementar um reajuste de 9,05%, que só não se concretizou até agora porque a Justiça impediu a Copasa de fazê-lo. Não estamos aqui para resolver um problema da Copasa de aumentar ou não a conta de água. Queremos uma agência que tenha critérios claros, que respeite a autonomia dos Municípios, que se preocupe não só com água e esgoto, mas também com o saneamento como um todo, que tenha critérios específicos de participação popular, que ouça a comunidade, que faça tomada de preços. Isso é fundamental. Faço um apelo ao governo, em nome das Bancadas do PT e do PCdoB, em consonância com a opinião do PMDB, para que esse projeto não continue tramitando em regime de urgência. Quem tem pressa para aprovar isso aqui? Com certeza, não são os Municípios nem nós, que estamos preocupados com o aperfeiçoamento dessa agência reguladora. Peço ao governo que tenha consciência, para que possamos discutir essa matéria paulatinamente, com critério e paciência, a fim de aprovarmos uma agência reguladora que sirva aos interesses do povo de Minas Gerais, e não aos interesses dos acionistas privados da Copasa.

O Deputado Lafayette de Andrada - Sr. Presidente, peço a palavra pelo art. 164, porque meu nome foi citado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno, o Deputado Lafayette de Andrada.

O Deputado Lafayette de Andrada - Sr. Presidente, em breves palavras gostaria de dizer o seguinte: concordamos com o que foi dito aqui pelos demais Deputados, ou seja, que o projeto precisa ser estudado, aperfeiçoado. Queremos que o projeto tramite, para que todos tenham a oportunidade de se debruçar sobre ele e discutir seus diversos pontos.

No que diz respeito ao comentário feito pelo eminente Deputado Gilberto Abramo, que indagou se sou acionista da Copasa, respondo que não. Poderia ser, porque a Copasa tem ações na Bolsa de Valores. Com qualquer R\$100,00 é possível comprar ações da Copasa. Não sou acionista da Copasa, como também não o sou da Igreja Universal.

Questões de Ordem

O Deputado Padre João - Sr. Presidente, faço coro com as palavras dos nobres colegas e deixo a nossa posição, como membro da Bancada do PT. O que reivindicamos é a retirada imediata do regime de urgência. Ainda bem que o Deputado Lafayette de Andrada disse que deseja debater o projeto, porque, da forma como está tramitando, não temos condições de debatê-lo, até porque os principais responsáveis ou os principais interessados, melhor dizendo, são os Prefeitos. Quando os Prefeitos foram chamados para participarem dos debates sobre esse projeto? Reivindicamos a retirada do regime de urgência e a realização de no mínimo três audiências públicas. Queremos discutir esse projeto com os Prefeitos da nossa querida Norte de Minas, os Prefeitos da Copanor, com os outros Prefeitos das outras regiões de Minas Gerais e também aqui nesta Casa. Queremos a realização de audiências públicas para debatermos esse assunto com os Prefeitos, porque não temos dúvidas de que o saneamento é de titularidade dos Municípios. Esse projeto retira a titularidade dos Municípios no que tange ao saneamento. A nossa compreensão de saneamento é o que está contido na Lei Federal nº 11.454: abastecimento de água, tratamento de esgoto, solução de um grande problema dos Municípios, ou seja, a água pluvial, coleta e destinação do lixo e de resíduos sólidos. São quatro itens que compõem, de acordo com a Lei nº 11.454, o saneamento. Não somos contra a criação de uma agência reguladora. Poderiam ser criadas 800 agências

reguladoras para fiscalizarem os serviços. A iniciativa do governo é feliz, mas discordamos da forma e do conteúdo desse projeto. O que queremos é aprofundar o debate. Da mesma forma que o Estado depende de todo o serviço para criar uma agência apenas para regular e fiscalizar os serviços de água e esgoto, é possível que essa agência seja mais abrangente com as mesmas despesas. Trata-se de uma questão constitucional. Aqui temos colegas que têm pais, filhos e esposas Prefeitos, por isso não podemos permitir que esta Casa aprove uma matéria que é inconstitucional, ao tirar a prerrogativa do Município. Do jeito que está, para o telespectador entender, o Município que já celebrou um convênio com a Copasa, com contrato de prestação de serviço de água e esgoto, automaticamente tem de estar sujeito a essa agência que está sendo criada. A Constituição deixa clara a autonomia do Município, mesmo que ele tenha cedido essa prestação de serviço a uma determinada empresa, em buscar uma outra agência que regule e que fiscalize esses serviços de água e esgoto. Vou concluir dentro de 4 segundos. A posição da nossa bancada é pela retirada do regime de urgência e pela realização de audiências públicas para discutir com os principais interessados, que são os 853 Prefeitos do Estado de Minas Gerais.

O Deputado Fábio Avelar - Sr. Presidente, estou estranhando essa discussão, posto que já foi comentado algo parecido com o que vou falar, mas é importante ressaltar. Muitas vezes, fica entendido que o que se procura nesta Casa é postergar uma ação necessária deste Parlamento, a de criação dessa agência. Por várias vezes, temos presenciado aqui, neste Plenário, posições bastante contundentes quanto à necessidade de se implantar essa agência. Foi mencionado aqui por um colega nosso, deste Parlamento, que o Presidente da Copasa, em seu depoimento, havia dito que apenas está aguardando a criação dessa agência para aumentar as tarifas da Copasa. Não vejo nenhum absurdo nessa declaração, a não ser uma exploração demagógica da sua fala, porque, na realidade, nessa questão tarifária, a exigência legal diz que essa correção tem de ser feita uma vez por ano e exige legislação federal. A Copasa fez esse reajuste que foi impedido pela justiça, exatamente porque a agência não foi criada. Isso posto, o Presidente da Copasa foi muito feliz ao dizer que aguarda a criação da agência para que seja efetivado esse aumento tarifário previsto em lei. Gostaria de falar sobre outra questão importante e cumprimentar o relator da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Quando questionado, na semana passada, sobre a maneira como estava sendo conduzido esse processo e sobre a agilidade com que estava sendo feito, dado o seu caráter de tramitação em regime de urgência, foi solicitado pela Bancada do PT - o Deputado Padre João estava conosco - que se estudasse a oportunidade, durante dois, três dias, durante o fim de semana, de ser estudada e aprofundada essa questão. O Deputado Dalmo Ribeiro Silva, após as suas considerações, prontamente atendeu esse pedido, inclusive postergando essa discussão para esta semana. Não houve por parte do relator, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, essa vontade de impedir o debate, a discussão desse importante projeto. Assim, o que se procura fazer aqui hoje é criar condição para que a medida de aprovação desse importante projeto seja postergada. Durante todo esse tempo, o que se vem falando aqui é sobre o absurdo de uma empresa, como a Copasa, ser a própria responsável por sua tarifa e por seu controle da qualidade de água, sendo sempre questionada a necessidade da implantação dessa agência. No momento em que o governo manda, envia, encaminha para esta Casa o projeto de criação dessa agência, levanta-se aqui essa polêmica. Todos nós que temos interesse no assunto... Confesso, por exemplo, que tenho estudado essa matéria há mais de 10 dias, procurando entendê-la. Se há divergências, isso é normal. O Deputado Padre João, por exemplo, defende o aspecto da titularidade. No seu entendimento, a maneira como essa agência está sendo criada fere a autonomia municipal. Esse é o pensamento dele e talvez de alguns de seus colegas, mas não é o meu nem de muitas pessoas com quem tenho procurado debater e aprofundar essa questão. São posições comuns no Parlamento. Cada um tem o direito de defender a sua posição e o seu ponto de vista. Todavia não podemos, evidentemente, deixar que essas questões posterguem a aprovação desse projeto. É importante dizer aqui que ele não regulará apenas o serviço da Copasa. Todos falam apenas na Copasa, mas há vários e vários Municípios que não são operados pela empresa - aliás, Municípios grandes que nunca foram regulados e precisam ser. Portanto temos que aproveitar esta oportunidade e aprovar esse projeto com a maior rapidez possível, para que criemos condições de regulação, que é uma reivindicação antiga de todos nós que militamos no setor. Essas são as minhas considerações. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Prosseguimento da votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.324/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santa Rita de Caldas o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. A Presidência vai renovar a votação do projeto. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.324/2008 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Questão de Ordem

O Deputado Padre João - Sr. Presidente, percebemos que não há quórum para a continuação dos nossos trabalhos. Portanto peço-lhe o encerramento da reunião.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as extraordinárias de amanhã, dia 20, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 50ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 5/1/2009

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Tiago Ulisses, 2º-Secretário e Alencar da Silveira Júnior, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, o processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e Hélio Mariano da Silva, tendo como objeto a prestação de serviços de coleta e transporte de entulho, por meio de caçambas estacionárias - parecer favorável à contratação, com dispensa de licitação, nos termos do art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 12 de janeiro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, aos 12 de janeiro de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente - José Henrique, 2º-Vice-Presidente - Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente - Dinis Pinheiro, 1º-Secretário - Tiago Ulisses, 2º-Secretário - Alencar da Silveira Jr., 3º-Secretário.

ATA DA 51ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 12/1/2009

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-

Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Tiago Ulisses, 2º-Secretário e Alencar da Silveira Júnior, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, as seguintes matérias: processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Clínica Mineira de Radiologia Odontológica Ltda – CMRO, tendo como objeto a prestação de serviços de assistência odontológica, na especialidade de radiologia odontológica – parecer favorável à contratação, com dispensa de licitação, por inviabilidade de competição, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666/93, autorizando a despesa, considerando manifestações da Coordenação de Saúde e Assistência, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Cottar Manutenções Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de instalações, consertos, reparações e manutenções prediais nas dependências do Palácio da Inconfidência, Edifício Tiradentes e anexos – parecer favorável ao reajuste de preço e alteração de forma de reajuste do contrato, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia e a Net Belo Horizonte Ltda., tendo por objeto a prestação de serviços de captação, instalação e distribuição de duzentos pontos de sinais de TV, bem como o empréstimo, em regime de comodato, de decodificadores e controles remotos, incluindo a manutenção preventiva e corretiva dos serviços e equipamentos – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Alerta Informações Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de acompanhamento e remessa à Procuradoria-Geral da ALMG de todas as publicações nos Diários Oficiais – parecer favorável à contratação, com licitação dispensada em razão do preço, e com base na Lei Federal nº 8.666/93, autorizando a despesa, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Odontotécnica MC Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos odontológicos – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Coordenação de Saúde e Assistência, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento aos contratos celebrados entre esta Assembleia Legislativa e a Asa Comunicação Ltda., e a Tom Comunicação Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de publicidade – parecer favorável ao reajuste do preço global, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação Institucional, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 19 de janeiro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, aos 19 de janeiro de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente - José Henrique, 2º-Vice-Presidente - Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente - Dinis Pinheiro, 1º-Secretário - Tiago Ulisses, 2º-Secretário - Alencar da Silveira Jr., 3º-Secretário.

ATA DA 52ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 21/1/2009

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Tiago Ulisses, 2º-Secretário e Alencar da Silveira Júnior, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide homologar o resultado final dos certames para provimento dos seguintes cargos efetivos, em conformidade com o Edital nº 1/2007: Procurador; Analista Legislativo, nas especialidades de Analista de Projetos Educacionais, Analista de Recursos Humanos, Analista de Sistemas, Arquiteto, Arquivista, Assistente Social, Bibliotecário, Consultor Administrativo, Consultor em Direito, Consultor Legislativo, Consultor do Processo Administrativo, Engenheiro Civil, Engenheiro Eletricista, Engenheiro Mecânico, Engenheiro de Telecomunicações, Historiador, Jornalista, Médico, Programador Visual, Psicólogo, Redator-Revisor, Relações Públicas e Taquígrafo; Técnico de Apoio Legislativo, nas especialidades de Policial Legislativo Masculino, Policial Legislativo Feminino e Técnico Gráfico. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 30 de janeiro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, aos 30 de janeiro de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente - José Henrique, 2º-Vice-Presidente - Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente - Dinis Pinheiro, 1º-Secretário - Tiago Ulisses, 2º-Secretário - Alencar da Silveira Jr., 3º-Secretário.

ATA DA 53ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 30/1/2009

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário; Tiago Ulisses, 2º-Secretário e Alencar da Silveira Júnior, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil da Assembleia Legislativa referente ao mês de dezembro de 2008, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 2ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil do Fundo de Apoio Habitacional da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – FUNDHAB – referente ao mês de dezembro de 2008, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 3ª) aprova as prestações de contas dos Deputados referentes à aplicação, até 30/12/2008, dos recursos inerentes à verba indenizatória de que trata a Deliberação da Mesa nº 2.331, de 30 de abril de 2003. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro, as seguintes matérias: processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Adservis Multiperfil Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de limpeza, higienização e conservação a serem executados nas dependências da contratante – parecer favorável à prorrogação excepcional por noventa dias, ou até a conclusão do procedimento licitatório em andamento, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência de Serviços Gerais, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e o Instituto Hermes Pardini Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de assistência médica aos Deputados e servidores da contratante, e respectivos dependentes – parecer favorável à contratação, feita com inexigibilidade de licitação por inviabilidade de competição, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666/93, autorizando a despesa, considerando manifestações da Coordenação de Saúde e Assistência, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; requerimento de natureza administrativa do Deputado Gilberto Abramo – parecer favorável, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 2 de fevereiro e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, aos 2 de fevereiro de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente - José Henrique, 2º-Vice-Presidente - Roberto Carvalho, 3º-Vice-Presidente - Dinis Pinheiro, 1º-Secretário - Tiago Ulisses, 2º-Secretário - Alencar da Silveira Jr., 3º-Secretário.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 6/5/2009

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Délio Malheiros, Ivair Nogueira, Neider Moreira e Padre João, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Vanderlei Jangrossi. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Neider Moreira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater, em audiência pública, as notícias divulgadas pela imprensa sobre a morosidade na tramitação dos processos na Justiça Federal em Minas Gerais, apreciar a matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da Comissão; a seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Ricardo Cunha Chimenti, Juiz Auxiliar da Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça, em que informa a sua impossibilidade de participar da reunião e encaminha Auto Circunstanciado de Inspeção Preventiva da Justiça Comum Federal, de 1ª Instância, de Belo Horizonte. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Fernando Tadeu da Silva Quadros, Diretor-Presidente da Associação dos Advogados de Minas Gerais - AAMG - e Conselheiro da OAB-MG; César Augusto Hygino Porto, Diretor-Secretário da AAMG; Ivanir César Ireno Júnior, Presidente da Associação dos Juizes Federais de Minas Gerais - Ajufemg -; Renato Prates, Juiz Federal; Ricardo Rabelo, Juiz Federal; Sônia Maria Peres de Oliveira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal do Estado de Minas Gerais - Sitraemg -, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência, na condição de autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião, e passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 3.012/2009 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Neider Moreira, aprovado pela Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Registra-se a presença do Deputado Ronaldo Magalhães (substituindo o Deputado Lafayette de Andrada, por indicação da Liderança do BSD). Submetido a votação, é aprovado o Requerimentos nº 3.625/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Délio Malheiros (2) em que solicita sejam realizadas reuniões conjuntas da Comissão com a Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, com a finalidade de debater, em audiência pública, o uso de fontes alternativas de fertilizantes na agricultura do Estado; e visita ao Presidente e ao Corregedor-Geral do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com o intuito de discutir os problemas enfrentados pela Seção Judiciária de Minas Gerais e suas possíveis soluções; e Padre João em que solicita seja realizada audiência pública para debater os problemas relacionados com o corte de gratificações dos servidores, a relação com entidades sindicais e a produção de medicamentos na Fundação Ezequiel Dias. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2009.

Délio Malheiros, Presidente - Ademir Lucas - Lafayette de Andrada - Neider Moreira.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 6/5/2009

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões o Deputado Walter Tosta e as Deputadas Rosângela Reis e Cecília Ferramenta, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, a Deputada Gláucia Brandão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Walter Tosta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Deputado Estadual Riva, da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, encaminhando cópia de Requerimento Moção de Solidariedade nº 125/2009; e convite do Deputado Sebastião Helvécio, Coordenador da Comissão Extraordinária para o Enfrentamento da Crise Econômico-Financeira Internacional, convidando os membros desta Comissão para participarem da reunião do dia 12 de maio, terça-feira, às 15h30min, para debater o impacto da crise econômica no mercado de trabalho de Minas Gerais. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.690/2008 em 2º turno; 3.027, 3.139, 3.141, 3.142, 3.143, 3.144/2009 em turno único (Deputado Walter Tosta); 3.159, 3.164, 3.165/2009 em turno único (Deputada Cecília Ferramenta); 3.146, 3.155/2009 em turno único (Deputado Ivair Nogueira); 3.171, 3.184, 3.189, 3.214/2009 em turno único (Deputado Elmiro Nascimento). A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Fernando Sette Pinheiro, Sub-Secretário do Trabalho, Emprego e Renda da Sedese; Márcio Mussy, Gerente de Saúde do Sesi; Marta Freitas, Diretora Regional de Minas Gerais da Fundacentro; Edeltrudo Maldonado Moreira, Vice-Presidente do Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho do Estado de Minas Gerais; Kátia Ferraz, representante do Centro de Vida Independente; Carlos Fabiano Braga, Consultor e ex-Presidente do Ceter, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidente, na condição de autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 3.118, 3.120, 3.124/2009 (relator: Deputado Walter Tosta); 3.140/2009 (relatora: Deputada Cecília Ferramenta), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.601, 3.620 e 3.662/2009. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.055/2007, 2.807, 2.931, 2.942, 2.954, 2.957/2008, 2.970, 2.978, 2.982, 2.983, 2.990, 2.993, 2.995, 2.999, 3.007, 3.013, 3.016, 3.019, 3.022, 3.030, 3.046, 3.048 e 3.053/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento da Deputada Rosângela Reis em que solicita sejam ouvidos nesta reunião os convidados acima mencionados. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e demais presentes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2009.

Rosângela Reis, Presidente - Cecília Ferramenta - Walter Tosta.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 7/5/2009

Às 9h34min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Gláucia Brandão (substituindo o Deputado Antônio Carlos Arantes, por indicação da Liderança do BSD) e os Deputados Tenente Lúcio e Eros Biondini, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Tenente Lúcio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Gláucia Brandão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência

informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a deliberar sobre proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes, por meio da qual encaminha convite para o lançamento da quarta edição do Festival Gastronômico Brasil Sabor, e do Sr. Renato Rossi, Presidente do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac -, publicada no "Diário do Legislativo" em 5/5/2009. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.565, 3.576, 3.598, 3.631, 3.632, 3.651 e 3.661/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Eros Biondini em que solicita a realização de debate público em conjunto com a Comissão de Cultura sobre a importância da colônia italiana em Minas Gerais. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2009.

Tenente Lúcio, Presidente.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 12/5/2009

Às 10h3min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados João Leite, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Maria Tereza Lara, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. Paulo Alkmin, Ouvidor de Polícia, encaminhando cópia de denúncia para conhecimento e adoção de medidas legais cabíveis, em que são narrados fatos com possível envolvimento de policiais civis lotados na Delegacia de Polícia de Entre-Rios de Minas, Itamogi, Santa Rita do Sapucaí, Passos e Campo Belo; e de correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofício do Sr. Elder Gonçalo M. Dangelo, Subcorregedor de Polícia Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.487/2009 (5/5/2009). O Presidente acusa o recebimento da seguinte proposição, para a qual designou o relator citado a seguir: Projeto de Lei nº 3.231/2009, em turno único (Deputado Rômulo Veneroso). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.627 a 3.629 e 3.693 a 3.695/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados João Leite, Rômulo Veneroso, Tenente Lúcio e da Deputada Maria Tereza Lara (2) em que solicitam sejam realizadas reuniões de audiência pública para conhecer o trabalho desenvolvido pelo Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais e para conhecer o trabalho desenvolvido pela Defesa Civil de Minas Gerais; Délio Malheiros em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater as ações policiais de combate ao crime organizado no Estado de Minas Gerais; Sargento Rodrigues (4) em solicita sejam realizadas reuniões de audiência pública para discutir a tentativa de fuga do preso Fernando Jorge Tavares e para apurar a denúncia de irregularidades na administração da Penitenciária Francisco Floriano de Paula, no Município de Governador Valadares; seja enviado ofício ao Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião de Mello e Silva, e ao Secretário de Estado da Segurança desse Estado, Sr. Luiz Fernando Ferreira Delazari, solicitando empenho na investigação, bem como na prisão dos culpados pela morte dos estudantes Bernardo Dayrel Pedroso e Renata Waechter Ferreira; e seja formulado voto de congratulações com o Sargento PM Diógenes Pereira da Silva, lotado na 3ª Cia. Independente de Iturama, pelos serviços prestados à comunidade, em especial pela matéria publicada na internet sobre o tema da pedofilia. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2009.

João Leite, Presidente - Maria Tereza Lara - Rômulo Veneroso - Tenente Lúcio.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 12/5/2009

Às 14h41min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Gustavo Valadares, Célio Moreira, Juarez Távora e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Carlos Pimenta, Gil Pereira, Fábio Avelar, Doutor Viana e Ruy Muniz. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Gustavo Valadares, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Juarez Távora, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir os detalhes do início das obras de restauração e pavimentação da BR-135 e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. João Andrade do Nascimento, Gerente do Departamento Operacional da Região Metropolitana da Copasa-MG, informando sobre as obras em curso na região do Barreiro e as obras do Ribeirão Arrudas; e de correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Fuad Noman, Secretário de Transportes e Obras Públicas (7/5/2009); e Márcio Reinaldo Moreira, Deputado Federal (8/5/2009). A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Sebastião Donizete de Souza, Superintendente Regional do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes no Estado de Minas Gerais - DNIT -; Geraldo Eustáquio Andrade Drummond, Presidente da Associação Comercial Industrial e de Serviços de Montes Claros - ACI -; Gustavo Caixeta e Marco Delgado, Assessores da Área Comercial, representando Sebastião Cleci Frauches, Presidente da Fidens Engenharia; Erício de Oliveira Panisset Filho, Diretor Comercial da Conserva de Estradas Ltda.; Antônio Henrique Saporí, Presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas do Norte de Minas; Marco Antônio Nogueira Galupo, Secretário de Obras do Município de Curvelo; e José Maria Penna Silva, Prefeito do Município de Curvelo, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Carlos Pimenta, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Nesse instante, retiram-se da reunião os Deputados Fábio Avelar, Juarez Távora, Sávio Souza Cruz, Célio Moreira e a Deputada Ana Maria Resende. A Presidência informa que deixa de apreciar a matéria constante na pauta. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2009.

Gustavo Valadares, Presidente - Antônio Carlos Arantes - Juninho Araújo.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 12/5/2009

Às 15h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Vanderlei Jangrossi, Antônio Carlos Arantes, Carlos Gomes, Domingos Sávio e Inácio Franco, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Adelmo Carneiro Leão, Antônio Júlio e Dalmo Ribeiro Silva. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Vanderlei Jangrossi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de

requerimento do Deputado Antônio Carlos Arantes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater os problemas enfrentados pelos pequenos produtores rurais de queijo, linguiça e hortifrutigranjeiros da Ceasa Minas com a fiscalização do IMA. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício nº 540/2009, do Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que indica o Sr. Evandro Oliveira Neiva, Chefe de Gabinete dessa Secretaria, para representá-lo nesta reunião. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Evandro Oliveira Neiva, Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representando o Secretário; Antônio Lopes Rodrigues, Presidente da Associação dos Produtores de Hortifrutigranjeiros das Ceasas do Estado de Minas Gerais; Altino Rodrigues Neto, Presidente do IMA; Cláudia Parma, Gerente da Vigilância Sanitária de Alimento da Secretaria de Estado de Saúde; Albany Arcevia, Coordenador Estadual do programa Queijo Minas Artesanal, representando o Presidente da Emater-MG; José Antônio Baêta de Melo, Promotor de Justiça; Marcelo Henrique Sampaio de Souza, Analista do Ministério Público; Antônio do Valle Ramos, Superintendente Federal de Agricultura em Minas Gerais; Clério Alves da Silva, Fiscal Federal Agropecuário do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, Deputado Vanderlei Jangrossi, e o Deputado Carlos Gomes, autores do requerimento que deu origem ao debate, tecem suas considerações iniciais. Logo após, a Presidência passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência prorroga a reunião por mais uma hora para que possam apreciar proposições da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento dos Deputados Vanderlei Jangrossi, Antônio Carlos Arantes e Carlos Gomes em que solicitam ao Governador do Estado, ao Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ao IMA, à Emater e ao BDMG providências com o objetivo de criar um arranjo institucional que facilite e priorize a concessão de crédito para os produtores e expositores de queijo Minas artesanal das Ceasas do Estado que tenham aderido ao Termo de Ajustamento de Conduta - TAC -, para regularização sanitária da produção e comercialização. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2009.

Vanderlei Jangrossi, Presidente - Carlos Gomes - Chico Uejo.

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 13/5/2009

Às 9h36min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Carlos Pimenta, Doutor Rinaldo, Fahim Sawan e Ruy Muniz, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Adelmo Carneiro Leão, Sargento Rodrigues e Padre João. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Fahim Sawan, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir as consequências de uma possível epidemia de gripe suína sobre saúde pública mundial e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Deputado Federal Márcio Reinaldo Moreira publicado no "Diário do Legislativo" (5/5/2009). O Presidente acusa o recebimento da seguinte proposição, para o qual designou o relator citado a seguir: Projeto de Lei nº 3.121/2009, em turno único (Deputado Carlos Pimenta). A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Luiz Felipe de Almeida Caram, Subsecretário de Vigilância Sanitária, representando Marcus Pestana, Secretário de Estado de Saúde; Francisco Leopoldo Lemos, Superintendente de Epidemiologia da Secretaria de Estado de Saúde; José Agenor Álvares da Silva, Diretor da Anvisa, representando Dirceu Raposo de Mello, Diretor-Presidente da Anvisa; Lúcia Paixão, infectologista, representando Marcelo Gouvêa Teixeira, Secretário Municipal de Saúde de Belo Horizonte; Flávia de Jesus Silva, Secretária Municipal de Saúde de Caeté, representando Antônio Carlos Figueiredo Nardi, Presidente do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde - Conasems; Carlos Starling, Presidente da Sociedade Mineira de Infectologia, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente como autor do requerimento que deu origem ao debate, passa a fazer suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Sargento Rodrigues em que solicita seja realizada audiência pública para discutir as consequências e os desdobramentos das dispensas e das licenças médicas no âmbito da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar; Délio Malheiros em que solicita seja realizada audiência pública para discutir a proliferação de clínicas odontológicas em más condições sanitárias. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e do público em geral, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2009.

Carlos Mosconi, Presidente - Carlos Pimenta - Doutor Rinaldo - Fahim Sawan - Ruy Muniz - Adelmo Carneiro Leão - Domingos Sávio.

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 13/5/2009

Às 10h6min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sávio Souza Cruz, Célio Moreira, Tiago Ulisses e Ronaldo Magalhães, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sávio Souza Cruz, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ronaldo Magalhães, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e debater, em audiência pública, as rochas ornamentais. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Ivair de Almeida Cerqueira Neto, Presidente da Câmara Municipal de Conselheiro Lafaiete, e Djalma Bastos de Moraes, Diretor-Presidente da Cemig, publicados no "Diário do Legislativo" de 7/5/2009. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir o Sr. Luiz Antônio Fontes Castro, Superintendente de Mineração e Metalurgia da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - Sede -, representando o Sr. Sérgio Alair Barroso, Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico; a Sra. Ana Lúcia Bezerra, Orientadora de Equipe de Lavra, representando o Sr. Sérgio Augusto Dâmaso de Sousa, Chefe do 3º Distrito do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM; o Sr. Alfredo Gontijo de Oliveira, Presidente do Cetec; a Sra. Maria Eugênia Monteiro de Castro, pesquisadora do Cetec; os Srs. Caio Márcio Benício, Gerente de Desenvolvimento e Apoio Técnico às Atividades Minerárias, representando o Sr. José Cláudio Junqueira, Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente - Feam -; José Albino Maia de Figueiredo, Presidente do Sindicato Intermunicipal das Indústrias de Beneficiamento de Mármore, Granitos e Rochas Ornamentais no Estado de Minas Gerais - SinRochas-MG -; Antônio Francisco da Silva, Presidente da Associação das Empresas Mineradoras, Beneficiadoras e do Comércio de Quartzito da Região de São Thomé das Letras - Amist -; Cristiano Villas Boas, Vice-Presidente da Amist e do SinRochas-MG -; as Sras. Raquel de Freitas Capanema, Presidente da Associação dos Mineradores e Beneficiadores de Ardósia de Minas Gerais - Amar -; Priscila Ramos Netto Viana, Consultora Jurídica da Associação de Municípios Mineradores de Minas Gerais - Amig - e coordenadora da comissão do seminário "Minas de Minas"; e o Sr. Wegton José Alvarenga Silva, Diretor do Sindicato Metabase de Itabira e região, que são convidados a tomar assento à mesa. Na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, o Presidente tece suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião e passa à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 3.633/2009. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Jayro Lessa em que solicita seja realizada audiência pública, com a finalidade de debater os impactos causados ao setor industrial mineiro, em virtude das altas tarifas de energia elétrica praticadas no Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e dos demais participantes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2009.

Sávio Souza Cruz, Presidente - Célio Moreira - Gustavo Valadares - Tiago Ulisses - Ronaldo Magalhães.

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 13/5/2009

Às 14h41min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Zé Maia, Jayro Lessa, Adelmo Carneiro Leão, Antônio Júlio, Inácio Franco, Juarez Távora e Lafayette de Andrada, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Zé Maia, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita aos membros da Comissão presentes que a subscrevam. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no "Diário do Legislativo" na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Lúcio Urbano Silva Martins, Ouvidor-Geral do Estado; Rômulo Martins de Freitas, Superintendente Regional do Centro de Minas da Caixa Econômica Federal; Marx Fernandes dos Santos, Gerente Regional de Negócios da Caixa Econômica Federal; Luiz Cláudio Monteiro Morgado, Coordenador-Geral de Finanças, Convênio e Contabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário (7/5/2009); Ezequiel Sousa do Nascimento, Secretário de Políticas Públicas de Emprego; Gerardo Renault, Presidente do Iplemg, e Carlos Alberto Pavan Alvim, Subsecretário da Casa Civil (8/5/2009). O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 254/2007 (Deputado Inácio Franco); 2.535 e 2.706/2008 (Deputado Juarez Távora); 2.725/2008 (Deputado Antônio Júlio); e 3.029/2009 (Deputado Lafayette de Andrada), no 1º turno; e 2.561/2008 (Deputado Juarez Távora), no 2º turno. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.561/2008 na forma do vencido no 1º turno (relator: Deputado Juarez Távora); e pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.535/2008 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Juarez Távora) e 2.725/2008 com as Emendas nºs 1 a 7, da Comissão de Constituição e Justiça, e com a Emenda nº 8, da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte (relator: Deputado Antônio Júlio). O Projeto de Lei nº 2.962/2009 é convertido em diligência à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, atendendo-se a requerimento do Deputado Adelmo Carneiro Leão, aprovado pela Comissão. O Projeto de Lei nº 3.029/2009, no 1º turno, deixa de ser apreciado, em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, Deputado Lafayette de Andrada. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 3.511/2009 com a Emenda nº 1. O Deputado Zé Maia se retira da reunião, e o Deputado Jayro Lessa assume a direção dos trabalhos. Os Requerimentos nºs 3.580 e 3.581/2009 têm sua votação adiada, atendendo-se a requerimento do Deputado Antônio Júlio, aprovado pela Comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento dos Deputados Antônio Júlio e Juarez Távora em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública, em Congonhas, para debater o decreto de 12/12/2007, que instaura processo administrativo de desapropriação de áreas nesse Município para implantação de distrito industrial. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2009.

Zé Maia, Presidente - Adelmo Carneiro Leão - Antônio Júlio - Jayro Lessa - Lafayette de Andrada.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 13/5/2009

Às 14h37min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Chico Uejo, Gilberto Abramo, Padre João e Fábio Avelar (substituindo o Deputado Sebastião Costa, por indicação da Liderança do BPS), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Chico Uejo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e que os Projetos de Lei nºs 3.089, 3.169 e 3.187/2009 são retirados da pauta, por já terem sido apreciados em reunião anterior. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Presidente informa que continua em discussão o parecer do relator, Deputado Chico Uejo, sobre o Projeto de Lei nº 2.966/2009, que conclui pela sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, e o parecer do relator, Deputado Delvito Alves, sobre o Projeto de Lei nº 3.188/2009, que conclui pela sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com as Emendas nºs 1 e 2. Encerrada a discussão, o Presidente submete a votação os pareceres, que são, cada um por sua vez, aprovados. Registra-se a presença do Deputado Sebastião Costa. O Presidente informa que na reunião anterior foi distribuído avulso do parecer sobre o Projeto de Lei nº 3.186/2009, que conclui pela sua constitucionalidade, legalidade e juridicidade na forma do Substitutivo nº 1. Em seguida, submete a discussão o referido parecer, momento em que o Deputado Padre João apresenta requerimento solicitando o adiamento de discussão do Projeto de Lei nº 3.186/2009. São suspensos os trabalhos. Verificando a inexistência de quorum para dar sequência aos trabalhos, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2009.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Padre João - Fábio Avelar - Ronaldo Magalhães - Sebastião Costa.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 14/5/2009

Às 10h6min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Cecília Ferramenta e os Deputados Ademir Lucas, Sebastião Helvécio e Almir Paraca (substituindo este ao Deputado Paulo Guedes, por indicação da Liderança da Bancada do PT), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Inácio Franco. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Cecília Ferramenta, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ademir Lucas, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, discutir e votar proposições da Comissão e obter, em audiência pública, informações sobre a execução do programa de eletrificação rural Luz para Todos no Estado. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios do Sr. João Andrade do Nascimento, Gerente do Departamento Operacional da Região Metropolitana da Copasa-MG, em que encaminha relatório da audiência pública, realizada pela Comissão, em 22/4/2009, com a participação da entidade; e do Sr. Marcos Paulo Veríssimo, Chefe do Gabinete da Presidência substituído do BNDES, publicado no "Diário do Legislativo", em 8/5/2009. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Ricardo José Charbel, Superintendente do programa de eletrificação rural Luz para Todos em Minas Gerais; José Ricardo Ramos Roseno, Diretor Técnico da Emater, representando o Sr. José Silva Soares, Presidente dessa entidade; Higino Zacarias de Souza, Coordenador do programa de eletrificação rural Luz para Todos da Cemig; Adivael Erculino, Coordenador do Movimento dos Pequenos Agricultores de Minas Gerais - MPA-MG -, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Almir Paraca, um dos autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião e passa à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.698, 3.699, 3.710, 3.746 e 3.756/2009.

Registra-se, nesse momento, a presença da Deputada Maria Tereza Lara, e passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Almir Paraca (3) em que solicita aos Presidentes da Emater-MG e da Cemig e à Coordenação Estadual do programa Luz para Todos, cópia do cadastro nominal dos possíveis beneficiários do citado programa no Estado; em que solicita ao Presidente da Cemig o cancelamento da cobrança das faturas dos beneficiários que receberam os painéis fotovoltaicos, até o pleno funcionamento desses equipamentos; e em que solicita ao Presidente da Cemig e à coordenação estadual do programa Luz para Todos agilidade nas negociações e na formatação de um novo contrato, para atender à demanda total de ligações no Estado, evitando-se nova paralisação na execução do referido programa. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e dos demais participantes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2009.

Cecília Ferramenta, Presidente - Ademir Lucas - Sebastião Helvécio - Paulo Guedes - Wander Borges.

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 18/5/2009

Às 13h30min, comparecem na Escola Estadual Barão do Rio Branco, no Município de Cachoeira de Pajeú, os Deputados Durval Ângelo e Adalclever Lopes (substituindo este ao Deputado Vanderlei Miranda, por indicação da Liderança do PMDB), membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Gil Pereira e Carlos Gomes. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e solicita sua assinatura pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir, em audiência pública, denúncias de desrespeito a servidores municipais por parte de membros da administração pública de Cachoeira de Pajeú. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Alberto Tadeu de Oliveira, Delegado Regional de Polícia, representando Isaias Pontes de Melo, Chefe do 15º Departamento de Polícia Civil de Teófilo Otoni; Claudeci Pereira Lima, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cachoeira de Pajeú; Antônio Messias Santos, Vereador à Câmara Municipal de Cachoeira de Pajeú; Aurécio Ribeiro Miranda, comerciante; Fábio Ferraz Franco e Janilson Pereira, respectivamente Prefeito e Presidente da Câmara Municipal de Cachoeira de Pajeú; e Ten. Kretli, Comandante do Batalhão da Polícia Militar de Pedra Azul, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Adalclever Lopes, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2009.

Durval Ângelo, Presidente - Vanderlei Miranda.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 19/5/2009

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões o Deputado Tenente Lúcio, membro da supracitada Comissão. Estão presentes também a Deputada Ana Maria Resende e o Deputado Carlos Pimenta. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Tenente Lúcio, declara aberta a reunião, dá a ata por aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina à realização de audiência pública para debater a revitalização do Balneário de Águas Quentes. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir as Sras. Jussara Rocha, Superintendente de Política de Turismo da Secretaria de Estado de Turismo, representando a Secretária Érica Drummond; e Niviany Silveira, Vice-Presidente e Diretora Técnica da Federação dos Circuitos Turísticos de Minas Gerais, e os Srs. Erival José Martins, Prefeito Municipal de Montezuma; Edson Araújo Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Montezuma; Antônio Pinheiro da Cruz, Prefeito Municipal de Rio Pardo de Minas e José Machado Lopes, Gerente da Área de Engenharia da Codemig, representando o Diretor-Presidente dessa empresa, Osvaldo Borges da Costa Filho, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Carlos Pimenta, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra à Deputada Ana Maria Resende e aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de maio de 2009.

Tenente Lúcio, Presidente - Carlos Gomes - Eros Biondini.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 19/5/2009

Às 14h35min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Délio Malheiros, Domingos Sávio, Lafayette de Andrada e Padre João, membros da Comissão de Administração Pública, e os Deputados Zé Maia, Jayro Lessa, Inácio Franco, Juarez Távora e Lafayette de Andrada, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião conjunta dessas Comissões. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 3.186/2009, para o qual designou os relatores citados a seguir: Deputado Délio Malheiros, pela Comissão de Administração Pública, e Deputado Zé Maia, pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Presidente, relator da matéria pela Comissão de Administração Pública, determina a distribuição de avulso de seu parecer sobre o Projeto de Lei nº 3.186/2009, no 1º turno, em que conclui por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça, com as Emendas nºs 1 a 12 apresentadas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros das Comissões para as próximas reuniões conjuntas, hoje, dia 19, às 20h40min, e amanhã, dia 20, quarta-feira, às 9h30min, com a finalidade de apreciar o parecer sobre o Projeto de Lei nº 3.186/2009, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de maio de 2009.

Délio Malheiros, Presidente - Lafayette de Andrada - Jayro Lessa - Zé Maia - Neider Moreira - Padre João - Gilberto Abramo - Juarez Távora - Antônio Júlio - Domingos Sávio.

ATA DA 2ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 19/5/2009

Às 20h40min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Délio Malheiros, Domingos Sávio, Lafayette de Andrada, Neider Moreira, Padre João, Gilberto Abramo, Adelmo Carneiro Leão (substituindo este ao Deputado Padre João, por indicação da Liderança do PT), Jayro Lessa (substituindo o Deputado Elmiro Nascimento, por indicação da Liderança do DEM) e Zé Maia (substituindo o Deputado Domingos Sávio, por indicação da Liderança do BSD), membros da Comissão de Administração Pública; os Deputados Zé Maia, Jayro Lessa, Adelmo Carneiro Leão, Antônio Júlio, Juarez Távora e Lafayette de Andrada, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Estão presentes, também, a Deputada Gláucia Brandão e os Deputados Fábio Avelar e Weliton Prado. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Délio Malheiros, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Neider Moreira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão do parecer da Comissão de Administração Pública sobre o Projeto de Lei nº 3.186/2009 (relator: Deputado Délio Malheiros), que conclui pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça, com as Emendas nº 1 a 12 que apresenta, o Deputado Weliton Prado apresentada oito propostas de emendas. Encerrada a discussão, o Presidente informa que as Propostas de Emendas nºs 2, 6 e 8 estão contempladas no parecer do relator. Submetido a votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça, com as Emendas nº 1 a 12 apresentadas. Registram-se os votos contrários dos Deputados Adelmo Carneiro Leão e Gilberto Abramo. Submetidas a votação, as Propostas de Emendas nºs 1, 3, 4, 5 e 7 são rejeitadas. O Presidente determina a distribuição de avulsos do parecer da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, solicitada pelo relator, Deputado Zé Maia, que conclui pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2 e pela rejeição do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros das Comissões de Administração Pública e Fiscalização Financeira e Orçamentária para a próxima reunião conjunta, amanhã, dia 20, às 14 horas, para apreciar o parecer sobre o Projeto de Lei nº 3.186/2009, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2009.

Délio Malheiros, Presidente - Zé Maia - Fábio Avelar - Jayro Lessa - Lafayette de Andrada.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 25/5/2009, destinada à comemoração dos 40 anos de fundação da 8ª Igreja Presbiteriana de Belo Horizonte

Palácio da Inconfidência, 22 de maio de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

COMUNICAÇÕES DESPACHADAS PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÕES

- O Sr. Presidente despachou, em 21/5/2009, as seguintes comunicações:

Do Deputado Elmiro Nascimento, notificando o falecimento do Sr. Antônio Gonçalves, ocorrido em 19/5/2009, em Patos de Minas. (- Ciente. Oficie-se.)

Do Deputado Elmiro Nascimento, notificando o falecimento do Sr. Geraldo Marcolino Ferreira, ocorrido em 19/5/2009, em Lagoa Grande. (- Ciente. Oficie-se.)

MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de congratulações com o Grupo Sada - Transportes e Armazenagens S.A. por sua política de investimento no Estado (Requerimento nº 3.565/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de aplauso à Mascarenhas Barbosa Roscoe S.A. Construções por seus 75 anos de fundação (Requerimento nº 3.576/2009, do Deputado Doutor Viana);

de aplauso à Organização Comercial Roselanche Ltda. por seus 40 anos de fundação (Requerimento nº 3.598/2009, da Deputada Maria Lúcia Mendonça);

de aplauso ao Sr. Ataulfo Alves Júnior pelo centenário de nascimento de seu pai, o compositor Ataulfo Alves (Requerimento nº 3.623/2009, da Deputada Maria Lúcia Mendonça);

de congratulações com a Associação Comercial, Industrial e Empresarial de Itajubá - Aciei - por seus 84 anos de fundação e por haver homenageado com a Medalha Didi Pereira a Sra. Gizelda R. da Silva e os Srs. Laércio Caldeira e Ricardo Luiz F. de Mello (Requerimento nº 3.661/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a Escola Guignard pela criação de centro de referência destinado à preservação do acervo do pintor Alberto da Veiga Guignard (Requerimento nº 3.703/2009, da Deputada Gláucia Brandão);

de congratulações com o Sgt. PM Diógenes Pereira da Silva pelos serviços prestados à comunidade e em especial pela matéria que publicou na internet sobre o tema da pedofilia (Requerimento nº 3.789/2009, da Comissão de Segurança Pública).

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 18/5/09, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Arlen Santiago

exonerando, a partir de 25/5/09, Sirlei de Almeida Morais do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Edmilson de Souza Carmo para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete do Deputado Durval Ângelo

exonerando, a partir de 25/5/09, Rodrigo Marzano Antunes Miranda do cargo de Secretário de Gabinete I, padrão VL-35, 8 horas;

exonerando, a partir de 25/5/09, Marivaldo Rodrigues Damaceno do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

nomeando Rodrigo Marzano Antunes Miranda para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas.

Gabinete do Deputado Wander Borges

exonerando, a partir de 25/5/09, Carla Elias de Souza do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;

exonerando, a partir de 25/5/09, Carmen Teresa Lopes Alves do cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 8 horas;

exonerando, a partir de 25/5/09, Denisson de Oliveira Souza do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

exonerando, a partir de 25/5/09, Fernando Antônio Lopes Alves do cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 8 horas;

exonerando, a partir de 25/5/09, Neiva de Fátima das Graças Castro Magalhães do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 4 horas;

exonerando, a partir de 25/5/09, Wanderley Ferreira Pinto do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 4 horas;

nomeando Carla Elias de Souza para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 8 horas;

nomeando Carmen Teresa Lopes Alves para o cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas;

nomeando Denisson de Oliveira Souza para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

nomeando Fernando Antônio Lopes Alves para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas;

nomeando Neiva de Fátima das Graças Castro Magalhães para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Wanderley Ferreira Pinto para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete do Deputado Weliton Prado

exonerando, a partir de 25/5/09, Cecília Cardoso Cangussú Souto do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Marivaldo Rodrigues Damaceno para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e a Lei nº 9.384, de 18/12/86, Resolução nº 5.203, de 19/03/02, assinou o seguinte ato:

nomeando Pedro Gil Cardoso Vieira para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo, padrão VL-29, código AL-EX-03, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Cintia Valdez Salviano para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do PP.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/05, observado o disposto nas Leis nºs 8.443, de 6/10/83, e 15.014, de 15/1/04, nas Leis Complementares nºs 64, de 25/3/02, e 100, de 5/11/07, e na Deliberação da Mesa nº 2.420, de 3/6/08, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 23/4/09, a servidora Margareth Pires Magalhães, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2009

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2009

Objeto: aquisição, com instalação de "kit upgrade", da central Hipath 3550 V 2.0 para V 7.0 da marca Siemens, para a interligação de ramais. Pregoeira vencedora: Método Telecomunicações e Comércio Ltda.

Belo Horizonte, 22 de maio de 2009.

Eduardo de Mattos Fiuza, pregoeiro.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Adservis Multiperfil Ltda. Objeto: prestação de serviços de limpeza, higienização e conservação a serem executados nas dependências da contratante. Objeto deste aditamento: prorrogação excepcional por 30 dias ou até ser concluído o Pregão Eletrônico nº 111/2008, o que primeiro ocorrer. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009 3.3.90.37.

TERMO DE CONVÊNIO

1ª Conveniente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. 2ª Conveniente: Câmara Municipal de Patos de Minas. Objeto: implantação de uma Escola do Legislativo junto à Câmara Municipal e apoio técnico-pedagógico. Vigência: 60 meses a contar da data da assinatura.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Alerta Informações Ltda. Objeto: prestação de serviços de acompanhamento e remessa à Procuradoria-Geral da Assembleia Legislativa de todas as publicações nos diários oficiais. Objeto deste aditamento: acréscimo do nome de três Procuradores para acompanhamento de publicações, com correspondente acréscimo do valor do contrato. Dotação orçamentária: 10.11.1.01.031.729.4239.00.01.9.33.90.3900.0101.

TERMO DE CONVÊNIO

Primeira conveniente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segunda conveniente: Câmara Municipal de Contagem. Objeto: cessão de tempo da programação da TVA. Vigência: 10 anos, a partir de sua assinatura.

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciado: COB-Centro Odontológico Barro Preto Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica aos Deputados e ex-Deputados contribuintes do Iplemg, a servidores da credenciante, ativos e inativos, e respectivos dependentes. Vigência: 60 meses, a partir da data da assinatura. Licitação: inexigibilidade de competição, nos termos do art. 25, "caput" da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 313233903900.

ERRATAS

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 2.324/2008

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 23/10/2008, na pág. 41, col. 2, no Substitutivo nº 1, onde se lê:

"situado no lugar denominado Rio Claro, nesse Município, registrado sob o nº 3.476, à ficha 1 do Livro 3-U", leia-se:

"situado na Praça Onofre Cassemiro de Carvalho, nesse Município, registrado sob o nº 3.486, à ficha 1 do Livro 2".

E, no art. 4º, onde se lê:

"3 de janeiro de 2006", leia-se:

"21 de julho de 2005".

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 2.324/2008

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 6/3/2009, na pág. 41, col. 3, na redação do vencido, onde se lê:

"situado no lugar denominado Rio Claro, nesse Município, registrado sob o nº 3.476, à ficha 1 do Livro 3-U", leia-se:

"situado na Praça Onofre Cassemiro de Carvalho, nesse Município, registrado sob o nº 3.486, à ficha 1 do Livro 2".

E, no art. 4º, onde se lê:

"3 de janeiro de 2006", leia-se:

"21 de julho de 2005".

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.692/2008

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 18/3/2009, pág. 45, col. 1, na Conclusão, onde se lê:

"em turno único.", leia-se:

"em turno único, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça".

PARECER SOBRE A EMENDA Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 2.692/2008

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 30/4/2009, pág. 73, col. 4, na Conclusão, onde se lê:

"aprovação da Emenda nº 1 ao Projeto de Lei nº 2.692/2008", leia-se:

"aprovação do Projeto de Lei nº 2.692/2008 na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1".

PROJETO DE LEI Nº 3.362/2009

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 22/5/2009, na pág. 44, col. 1, no Anexo III, onde se lê:

$$IQEi = \frac{2/3 \times IQEFi + 1/3 \times IQEMi}{IQEMi} :$$

IQEi" leia-se

$$IQEi = \frac{2/3 \times IQEFi + 1/3 \times IQEMi}{IQEMi}$$

$\Sigma IQEi$ ".

No mesmo anexo, na alínea "d", onde se lê:

"IQEi", leia-se:

" $\Sigma IQEi$ ".